

Economia Verde e Desenvolvimento(ismo) no Brasil

As Políticas para Recursos, Clima e Energia

A iniciativa do Brasil de propor e sediar a realização de uma conferência para avaliar os vinte anos da histórica *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em 1992, tem em seu bojo o propósito de cristalizar o atual momento nacional, destacando a capacidade do país em liderar e servir de exemplo para uma grande transição global que tem a *Economia Verde* como mote principal.

Este momento se expressa na projeção internacional do Brasil, caracterizado por sua ascensão e reconhecimento como potência emergente (membro do BRICS e do BASIC, além de atuante no G20), mas também como nova província petrolífera (com a descoberta dos vastos campos de petróleo *offshore*). Internamente, a realidade atual é marcada pela consolidação de um crescimento econômico continuado, conjugado à aprovação pela maioria da população das políticas sociais e de transferência de renda iniciadas ainda na Era Lula. Tais iniciativas são apontadas como responsáveis pelo surgimento nos últimos anos de uma "nova classe média" - que hoje já representaria mais da metade da população - somando algo como 95 milhões de pessoas. Sem dúvida, a principal 'prova' objetiva dos logros deste modelo.¹

Ainda, para coroar sua posição diferenciada em um cenário global de recessão das economias maduras, o modelo de desenvolvimento brasileiro é apresentado como motivo de inspiração para o resto do mundo por conciliar crescimento com preservação do meio ambiente. A ideia de que esta não é uma equação excludente, ou seja, que não é preciso escolher entre crescimento ou meio ambiente, é a principal tese que, segundo os defensores do modelo, o Brasil pode desmistificar na prática.

Entre os sucessos que conferem cacife ao Brasil como potência "verde"

1 Blog do Planalto. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/ao-vivo-seminario-politicas-publicas-para-uma-nova-classe-media/>>. Acesso em: 13 abr. 2012. No início de 2012, a categorização foi questionada por Márcio Pochmann, ex-presidente do órgão estatístico do governo que produziu os dados, como 'equivocadamente referindo-se à classe média, quando de fato foi reforçada a base da pirâmide social que é a classe trabalhadora'. BANCÁRIOS de Pernambuco. Disponível em: <http://www.bancariospe.org.br/artigos_aparece.asp?codigo=2805>. Acesso em: 13 abr. 2012

entre os emergentes do Sul pode-se elencar a adoção de ambiciosas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GHG) e o controle e redução do desmatamento na Amazônia, sendo este último, de longe, a questão ambiental mais politicamente sensível no país. Apesar de não ter obrigações sob o *Protocolo de Kyoto*, o próprio presidente Lula, durante a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em 23 de setembro de 2009, anunciou o compromisso de redução voluntária pelo Brasil de 36.1% até 38.9% das suas emissões de GHG projetadas para 2020, assim como se comprometeu a reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia até esta mesma data².

O papel que cumpre a energia renovável na matriz energética do Brasil é outro feito incontestável a ser mencionado na carta de recomendações que aporta à liderança brasileira a ideia de que um outro crescimento, 'verde', é possível. Esse não encontra rival em nenhum outro país do mundo: 46,8% da energia do país é proveniente hoje de fontes 'renováveis'³, contra uma média nos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de apenas 8%.⁴

Diante deste quadro, e com a convicção de que o país tem um case de sucesso para mostrar ao mundo, o governo brasileiro ao final de 2009 encaminhou, e teve aceita, a proposta de ser o anfitrião para a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, em junho de 2012, no Rio de Janeiro⁵. Afinal, com essas credenciais, se há algum país onde um dos dois eixos da Conferência, a 'Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza', já pode ser visto como realidade, este deve ser, seguramente, o Brasil.

As contradições da Economia Verde: um barril verde sobre um mar de petróleo

As contradições intrínsecas às propostas da Economia Verde - que viabilizam a captura, valoração e financeirização do chamado *Capital Natural* através dos mecanismos de 'pagamento por serviços ambientais', por exemplo - serão tratadas em detalhe mais adiante nesta coletânea (ver artigo de Larissa Packer).

- 2 Este foi um passo decisivo para qualificar o reconhecimento do Brasil como player de porte na Conferência do Clima em Copenhague (COP 15 da UNFCCC), realizada em dezembro e principal arena política internacional naquele ano. O compromisso internacional assumido por Lula foi efetivado na sequência através da Lei 12.189/2009, que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. A Política e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas são a principal plataforma para a institucionalização da Economia Verde no país.
- 3 BEN 2011 (Balanço Energético Nacional 2011 ; ano base 2010) O Balanço Energético Nacional – BEN é o documento tradicional do setor energético brasileiro, que por mais de 30 anos divulga anualmente a contabilidade da oferta e consumo de energia no Brasil. Sendo uma das mais completas e sistematizadas bases continuadas de estatísticas energéticas disponíveis, o BEN é uma referência fundamental para qualquer estudo de planejamento energético, seja no ambiente público e governamental, seja no ambiente privado. Balanço Energético Nacional. Disponível em: < https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2011.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012
- 4 http://www.bbc.co.uk/portuguese/celular/noticias/2012/03/120331_brasil_ranking_consumo_energia_df_rw.shtml
- 5 General Assembly Resolution 64/236. Disponível em: <http://www.unctsd2012.org/files/OD/ARES64236E.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012

Por hora, é importante destacar alguns elementos que compõem o contexto geral, que colore o pano de fundo contra o qual as novas fórmulas econômicas 'verdes' estão sendo propostas.

O setor florestal é tido como fundamental para o 'esverdeamento' da economia. São considerados como atividades econômicas desta área os esquemas de comércio de madeira certificada e de produtos florestais não madeireiros, a manutenção dos estoques de carbono, a biodiversidade (para fármacos e cosméticos), água e outros tantos 'serviços ambientais', assim como a repartição de benefícios dos conhecimentos tradicionais dos povos e populações da floresta sobre o manejo destes recursos. Também é contabilizada no setor 'florestal' a pujante indústria de reflorestamento e de plantio industrial de monoculturas de árvores para a produção de biomassa (palma azeiteira, eucalipto, teca e pinus, entre outros) e a extração de recursos madeireiros, ainda que sob o conceito unívoco de 'manejo florestal sustentável', o qual geralmente não distingue o abismo entre aquele realizado por grandes empresas e aquele de base comunitária.

No Brasil, o tema 'florestas' tem especial relevância. O território brasileiro abriga nada menos que 60% do maior contínuo de floresta tropical do mundo, a Amazônia. Segundo um estudo coordenado pelo cientista Carlos Nobre (2009), pesquisador principal do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e secretário-executivo da Rede Brasileira de Pesquisa sobre as Mudanças Climáticas Globais (Rede- CLIMA), o desmatamento na Amazônia corresponderia a 47,8% da perda mundial de florestas tropicais – *praticamente a metade do total global*.⁶ No Brasil, as emissões resultantes do desmatamento e da mudança do uso do solo representam 58% do total das emissões de gases de efeito estufa do país. O controle e a redução do desmatamento constituem política-chave para um futuro de baixo carbono e para (qualquer) bem-sucedida estratégia de economia que se pretenda 'verde'.

Nesta linha, um documento-chave da ONU na construção da agenda da Rio+20 foi o relatório do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), *Rumo a uma economia verde – Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*. Este documento enfatiza o papel de um 'regime de REDD+' como sendo "talvez a melhor oportunidade atualmente para facilitar a transição do setor florestal para a economia verde".⁷

Nos últimos anos, especialmente desde o Plano de Ação de Bali, produzido ao final da COP13 da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, por sua sigla em inglês) realizada em dezembro de 2007 na Indonésia, teve carreira meteórica a proposta de um mecanismo internacional que possibilitasse

6 NOBRE, Carlos A.; BORMA, Laura S. (2009) Tipping points for the Amazon forest. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 1, p. 28-36. HANSEN, M. (2008) Humid tropical forest clearing from 2000-2005 quantified by using multi-temporal and multi-resolution remotely sensed data. PNAS, July 8, 2008, vol. 105, nº 27.

7 Towards Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Disponível em: < http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012

pagar aos países do Sul detentores de florestas pela *redução certificada das emissões do desmatamento e degradação florestais*, vista como a forma mais rápida, barata e custoeficiente para atacar as causas do aquecimento global.

Popularizada pelo acrônimo REDD, a proposta consiste na ideia de pagar aos países para *evitar o desmatamento* (e logo, as emissões daí decorrentes). Enquanto a formulação original consistia apenas em pagamentos para *reduzir emissões do desmatamento* (RED), a concepção evoluiu para incorporar também a dimensão da *degradação* ao desmatamento (REDD), relativa a pagamentos condicionados aos resultados mensuráveis, reportados e verificáveis sobre ações efetivas de conservação florestal, reflorestamento e adensamento dos ‘estoques’ de carbono. Mais recentemente, também foram incluídas as ações de ‘manejo florestal sustentável’, caracterizando assim o *plus* do mecanismo (REDD+). Outra proposta, que não foi incorporada ao mecanismo, seria o segundo *plus* (REDD++), fazendo referência à possível incorporação de práticas agrícolas com tecnologia apropriada para o clima (plantio direto, sementes com biotecnologia, maquinário com motores compatíveis com agrocombustíveis, etc.) em troca de pagamentos. No estado atual da negociação, a agricultura permanece fora das atividades potencialmente cobertas pelo o mecanismo.

A FAO, órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, que assim como a UNFCCC considera “florestas” as monoculturas industriais de árvores, vem destacando o papel central das “indústrias florestais” na construção da economia verde e na promoção do desenvolvimento rural com base nos recursos naturais. Cresce a utilização, por parte dos organismos internacionais, do termo “climaticamente inteligente” (*climate-smart*) para especificar uma nova linha, verde, de direcionamento de políticas públicas, criando linhas de financiamento com incentivos diferenciados, por exemplo. No caso do Brasil, esta proposta está no plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono. Assim como para a agricultura, incentivos às práticas e pacotes ‘tecnológicos’ também vêm crescendo e ganhando espaço. Eles seriam mais “amigáveis com o clima” (*climate-friendly*), vinculando a estruturação de políticas de “manejo florestal” às métricas climáticas (tendo como unidade de referência o carbono e a redução de GHG equivalente). Isso é problemático porque submete as florestas e os povos que nelas vivem - um complexo biodiverso de funções ecossistêmicas e de espaço de vida, de cultura e de direitos - à lógica econômica que prioriza o sequestro do carbono.

Partilhando de uma visão de eficiência e de gestão ‘empresarial’ dos recursos naturais, esta nova geração de planos de incentivos e políticas públicas é apresentada como espaço privilegiado de colaboração e esforços conjuntos entre setores público e privado para lidar com as “mudanças climáticas”.

Controversa, a proposta de REDD+, negociada no âmbito da UNFCCC e do pacote de um novo acordo climático global, ainda não tem definição quanto a sua forma definitiva de implementação, nem quanto às fontes de financiamento, se públicas e voluntárias, através dos mercados de carbono ou passíveis de gerar créditos de *offset* (compensação) para os países que têm compromisso legalmente vinculante de remissão. Não obstante, o documento do PNUMA já se

refere a um “regime de REDD+” como “a melhor oportunidade atualmente para facilitar a transição do setor florestal para a economia verde”.

Sem entrar aqui nos meandros e nas tecnicidades das questões relativas à eficácia ou viabilidade do mecanismo, o que é importante chamar atenção é que esta proposta - que coloca as florestas 'no coração da economia verde' - está diretamente relacionada ao papel que a produção da biomassa já tem, e que deve aumentar exponencialmente para atender à indústria global da chamada *bio-economy* (bioquímica verde, bioplásticos, agrocombustíveis, etc.)⁸. Neste horizonte, onde também entram perigosas tecnologias, como a biologia sintética e a geoengenharia, os “biomassters” e as suas corporações estão na corrida para garantir quem controla a produção de biomassa e os seus “estoques”⁹. Para este fim, é uma condição *sine qua non* a validade dos contratos sob um regime jurídico que regulamente a privatização destes recursos. O REDD+ é em síntese um mecanismo para instalar o direito e a garantia do direito – privado – ao carbono. E a principal marca deste momento histórico do capitalismo e da expansão do processo de acumulação é constituir e validar socialmente (e culturalmente) a aceitação desta nova categoria de direitos: os direitos ao carbono (*carbon rights*).

REDD à brasileira: o Fundo Amazônia e o projeto Juma

O Brasil se orgulha em afirmar que possui as principais (e maiores) experiências do que seria o pagamento pela redução do desmatamento evitado no mundo. A primeira é o Fundo Amazônia¹⁰, sediado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, que por sua vez é o principal instrumento financiador do modelo de desenvolvimento brasileiro (ver artigo de Pinto, Tautz e Fainguelernt)

O Fundo Amazônia foi anunciado em 2007, pela então ministra do Meio Ambiente Marina Silva, durante a COP 13 de Bali. A proposta, formalizada no ano seguinte através do decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, dispõe sobre o estabelecimento do Fundo. Este se caracteriza por ser público e voluntário, constituído a partir de doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica “para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico”.

O BNDES, por sua vez, emite diplomas reconhecendo a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia. Estes documentos, embora reconheçam o valor doado, a data da contribuição, o valor equivalente em toneladas de carbono e o ano da redução das emissões, são “nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de qualquer natureza”. Fora do mercado de carbono e

8 Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/trade/76571/en/>>. Acesso em: 13 abr. 2012

9 ETC Group. Disponível em: <<http://www.etcgroup.org/en/node/5232>>. Acesso em: 13 abr. 2012

10 Fundo Amazônia. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_en>. Acesso em: 13 abr. 2012

da emissão de títulos negociáveis em Bolsa de Valores, o ambicioso Fundo Amazônia atraiu até agora poucos doadores, e as perspectivas de uma evolução deste quadro não são animadoras¹¹:

A Noruega anunciou a doação de US\$ 1 bilhão no período de 10 anos. Até agora desembolsou cerca de US\$ 50 milhões. Na época da assinatura do termo de doação, uma delegação do governo da Noruega fechou negócios com a Petrobras. Eles envolviam a Statoil, empresa estatal norueguesa de petróleo, e tinham como objetivo a cooperação na tecnologia de extração offshore. Em seguida, a Norsk Hydro ASA, também norueguesa, adquiriu da mineradora Vale as operações da terceira maior mina de bauxita do mundo, localizadas no município de Paragominas, Pará, no coração da Amazônia. Tal negociação também resultou na aquisição de várias instalações para a fabricação de alumínio na região, atividade de gigantesco impacto socioambiental e, por ser eletrointensiva, uma das indústrias que mais se beneficia da construção de hidroelétricas na região amazônica para oferecer energia abundante e barata para a indústria extrativa.

A Alemanha contribuiu com US\$ 4 milhões para o Fundo, uma quantia “simbólica” para cumprir com a doação amplamente anunciada durante a COP 16 da UNFCCC realizada em Cancún. Mais recentemente, as únicas doações recebidas foram da Petrobras, totalizando US\$ 4,3 milhões (ver quadro).

Total received donations for the Amazon Fund – historical values

DONOR	R\$	US\$	DATA
Governo da Noruega	36,448,350.22	20.960.576,70	09/10/2009
Governo da Noruega	49.600.536,48	28.283.364,59	09/08/2010
República Federal da Alemanha - KfW	6.644.100,00	3.952.500/00	29/12/2010
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	1.765.983,70	1.016.335/00	14/10/2011
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	4.114.671,55	2.368.020/00	14/10/2011
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	1.435.257,60	826.000,00	14/10/2011
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	156.626,00	88.750,00	23/01/2012
TOTAIS	100,165,525.55	57,495,548.29	

Quando da notícia sobre a doação ao Fundo Amazônia, a gigante petroleira brasileira ressaltou: “o aporte da empresa irá resultar na redução de 842,071 toneladas de dióxido de carbono; a Petrobras se comprometeu em reduzir até 2015 o incremento da intensidade de gases de efeito estufa nas suas atividades de exploração e produção em 15% abaixo dos níveis atuais, mesmo com seus planos de dobrar a produção até 2020”.¹²

11 Fundo Amazônia. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes/>. Acesso em: 01 abr. 2012

12 Petro Notícias. Disponível em: <<http://www.petronoticias.com.br/archives/2937>>. Acesso em: 02 abr. 2012; POINT Carbon. Disponível em: <http://www.pointcarbon.com/news/1.1635087>. Acesso em: 02 abr. 2012

Com a crise financeira, um cenário de recessão, a criação do Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund) no âmbito das negociações internacionais da UNFCCC e a impossibilidade de emitir créditos de carbono negociáveis no mercado voluntário ou passíveis de validação, o futuro do Fundo Amazônia é incerto.

A outra proposta de REDD+ em escala difere bastante do Fundo Amazônia. “Fazendo a floresta valer mais em pé do que derrubada”, é executado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), instituição de natureza público-privada. A Fundação foi criada em dezembro de 2007, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco, conforme estatuto previamente aprovado pelo Ministério Público Estadual. Em fevereiro de 2009, a Coca-Cola Brasil também passou a ser mantenedora.

A FAS recebeu os direitos de administração e exploração dos serviços ambientais em 35 Unidades de Conservação (UCs) do estado do Amazonas, em uma área de mais de 16 milhões de hectares. Seu programa mais abrangente é o Bolsa Floresta. A Fundação administra e gerencia a transferência de renda às famílias ribeirinhas por meio de vários componentes deste programa de valorização dos serviços e produtos ambientais produzidos nas UCs pelos seus moradores, que se vinculam de forma voluntária à iniciativa. É o maior programa de Pagamento por Serviços Ambientais do mundo, com mais de 35 mil pessoas atendidas em 15 Unidades de Conservação do estado do Amazonas, uma área que totaliza 10 milhões de hectares.¹³ A FAS tem como prioridade implementar o Programa Bolsa Floresta (PBF), que é o primeiro projeto do Brasil ‘certificado internacionalmente’ para recompensar as populações tradicionais pela manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas: “é um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta. Ao contrário de programas assistencialistas, o Programa Bolsa Floresta inclui contrapartidas claras e objetivas. Dentre estas se destacam: o compromisso com o desmatamento líquido zero (zero net deforestation), a participação em associação de moradores e o apoio à implementação das Unidades de Conservação. Nesse sentido, o programa estabelece uma contrapartida direta em termos de serviços ambientais de base florestal”(grifo nosso)¹⁴.

O PBF recebeu uma doação do Fundo Amazônia - até hoje a maior realizada pelo Fundo (R\$ 19,2 milhões).¹⁵ Segundo a FAS, outra de suas experiências-vitrines, o Projeto Juma, mostrou que é possível encontrar uma solução “prática e objetiva” para o mecanismo denominado REDD. No projeto desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Juma, a rede de hotéis Marriott está financiando a implementação das ações com investimentos anuais de US\$ 500 mil durante os quatro primeiros anos, combinando receitas providas de

13 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/programa-bolsa-floresta/>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

14 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/parceiros/parceiros-institucionais/fundo-amazonia-bndes/>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

15 Fundo Amazônia. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/FAS>. Acesso em: 02 abr. 2012.

seus hóspedes, convidados a neutralizar as emissões de carbono relativas às suas hospedagens, através da doação de US\$ 1 por noite. Com o dinheiro, são realizados pagamentos às famílias da reserva que fazem parte do projeto (a adesão é voluntária) em troca da realização de serviços ambientais – convertidos em conservação dos estoques de carbono da floresta e, então, em créditos de carbono equivalentes.

O leque de serviços ambientais inclui a promoção de práticas sustentáveis com a floresta, mas exclui, por exemplo, algumas práticas tradicionais como a agricultura de roça e queima (slash and burn) e é restritivo com outras (extração de madeira, caça, etc.). Outros componentes do projeto são destinados a contribuições para a associação de moradores da reserva, bem como à saúde, educação e aos projetos produtivos que valorizem as cadeias econômicas da economia extrativa, segundo as informações da FAS. “Nós não apenas conseguimos a primeira validação [dos créditos de carbono] de um projeto de REDD do Brasil, como também foi o primeiro projeto do mundo a obter o nível Ouro, no padrão internacional chamado CCBA (Aliança Clima, Comunidade e Biodiversidade), pela certificadora alemã TÜV SÜD”¹⁶.

Segundo a própria FAS a lógica é bem simples. Tal como ‘demonstrado’ no projeto Juma, “o mecanismo REDD permite a valoração da redução de emissões como um serviço ambiental comercializável no mercado. Um poluidor pode compensar suas emissões comprando créditos de quem ainda tem o que conservar. Por outro lado, quem mantiver sua floresta em pé será compensado financeiramente”.¹⁷ O projeto terá duração até 2050, quando se espera gerar cerca de 189.767.027 toneladas de créditos de CO₂e (CO₂ equivalente). Para o primeiro período de creditação (2006-2016), este valor é de 3.6 milhões de CO₂e.

Mais recentemente, a FAS celebrou uma parceria com a empresa petroleira HRT que resultou no investimento de R\$ 24 milhões, distribuídos em dois componentes: R\$ 4 milhões para a realização do Programa Bolsa Floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (Amazonas), e R\$ 20 milhões para investimento no Fundo Permanente da FAS, gerenciado pelo Bradesco/BRAM. Assim, a HRT se tornará “mantenedora” da Fundação, ao lado do Governo do Amazonas, Banco Bradesco e Coca-Cola.¹⁸

Os recursos investidos pela HRT na FAS fazem parte do Programa Barril Verde. Tal iniciativa criará um fundo com recurso originado da doação de R\$ 1 para cada barril de petróleo comercializado pela empresa. O programa não se limita apenas à FAS: “espera-se que, até 2015, a produção seja de 50 mil barris por dia,

16 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/2009/12/projeto-juma-e-referencia-mundial-em-redd/>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

17 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/2009/12/projeto-juma-e-referencia-mundial-em-redd/>. Acesso em: 02 abr. 2012.

18 O Outro lado da moeda. Disponível em: <<http://www.ooutroladodamoeda.com/meio-ambiente/4309-parceria-entre-fas-e-hrt-beneficiara-extrativistas-e-ribeirinhos-do-amazonas.html>>. Acesso em 01 abr. 2012.

com investimentos que serão direcionados para ações socioambientais.”¹⁹

A empresa HRT detém 55% dos direitos de participação em 21 blocos exploratórios de petróleo localizados no Rio Solimões, estado do Amazonas. A HRT também chegou a anunciar a perfuração de 130 poços em toda a região amazônica até 2015. A exploração do primeiro poço na área simbolizou a busca da consolidação da Amazônia como grande produtor de óleo e gás natural.²⁰

Nem tudo é o que parece: por dentro da matriz energética brasileira

O elemento incontornável para situar o momento atual da economia do Brasil - país anfitrião da Rio+20 e que tem a ambição de servir como exemplo para o mundo na transição para uma Economia Verde - diz respeito às perspectivas descortinadas com a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás *offshore*, o chamado pré-sal, distante cerca de 200 a 300 quilômetros da costa e a uma profundidade média de 6 mil metros.

A descoberta, revelada em 2007 quando do anúncio do campo de Tupi (Bacia de Santos, no litoral sudeste brasileiro), foi qualificada como sendo a oitava maior reserva de petróleo e gás do mundo, transformando o país em um potencial exportador de petróleo, com um volume nacional de reservas de hidrocarbonetos entre aquelas da Nigéria e as da Venezuela. A megadescoberta deste campo de petróleo foi listada na época como uma das “Dez Mais Sub-Reportadas Notícias em 2007” pela revista Times.²¹ Desde 2007, teve início uma profunda transformação da economia brasileira, que - longe de ser propriamente ‘verde’ - está intrinsecamente vinculada aos planos de estabelecer o país como exportador (e competidor internacional) de petróleo e gás até 2020. Estes planos abrangem desde uma complexa rede de infraestrutura de extração, transporte e refino dos hidrocarbonetos, incluindo polidutos, tanques, portos e uma pujante indústria naval e de plataformas, bem como um importante orçamento de defesa, que prevê a construção de um submarino nuclear pela Marinha brasileira, através da empresa Odebrecht e em parceria com a estatal francesa DCNS, para proteger e garantir militarmente a soberania brasileira sobre estas valiosas reservas²².

Na busca do objetivo de firmar o Brasil como produtor e exportador internacional de petróleo até o final desta década, a empresa estatal que controla a maior parte da exploração dos blocos offshore, a Petrobras, apresentou em 2011 os planos de

19 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/parceiros/parceiros-institucionais/hrt/>>. Acesso em: 02 abr. 2012. Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/2011/06/hrt-e-a-nova-parceira-da-fas>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

20 Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://fas-amazonas.org/parceiros/parceiros-institucionais/hrt/>>. Acesso em: 02 abr. 2012. Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/2011/06/hrt-e-a-nova-parceira-da-fas>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

21 Time Magazine. Estados Unidos, 1923- . Semanal.

22 Odebrecht Informa. Disponível em: < <http://www.odebrechtonline.com.br/edicaoonline/2011/07/26/um-sonho-vem-a-tona/>>. Acesso em 02 abr. 2012.

gastar US\$ 127,5 bilhões - ou 57% dos recursos do plano de negócios 2011-2015 da empresa - em esforços de exploração e produção. Os planos da companhia são aumentar a produção total de óleo e gás dos 2,7 milhões de barris/dia (que inclui sua produção no país e no exterior), para 4 milhões de barris/dia em 2015 e 6,4 milhões de barris/dia até 2020. Com estes planos ambiciosos, difícil dizer que o perfil das emissões brasileiras será reduzido de alguma forma. Resta saber qual é a receita - ou mágica - que pode transformar este cenário em um horizonte 'verde'.

Poderia se argumentar, de saída, que a expansão massiva da indústria petroleira em curso no país contrasta, flagrantemente, com a matriz energética renovável que é o cartão de visitas do Brasil mundo afora: o mix energético que alimenta internamente os índices de crescimento brasileiro é composto de 46,8% renováveis e 53,2% não renováveis.

Entre as **renováveis**, a geração de energia a partir da cana-de-açúcar está em primeiro lugar com 18,8%. Atualmente, é utilizada para a produção de agrocombustíveis (etanol e diesel de cana) e cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana e dos *pellets*. Em segundo lugar, está a hidroeletricidade, com um aporte de 13,9% da energia nacional, seguido pela madeira/biomassa (carvão vegetal sobretudo para a fabricação do ferro gusa) com 10,2% e outras (majoritariamente sebo bovino oriundo da indústria frigorífica e soja para o biodiesel) com 3,8%²³.

No aporte das **não renováveis**, o petróleo (sobretudo diesel, considerando que a logística interna para o transporte de commodities é feita em sua maioria pelo modal rodoviário) detém 41,9%, o gás (majoritariamente importado da Bolívia) 8,7%, o urânio para a geração nuclear 1,7% e o carvão apenas 0,9%.

Contudo, enquanto este cenário energético pode ser invejável aos olhos de muitos, sob o ponto de vista dos impactos já observados nos territórios e sobre as populações locais - objeto de reiteradas denúncias da sociedade civil e de movimentos sociais no país - a matriz supostamente limpa e renovável mistifica e oculta o seu (alto) custo ambiental e social. Isso fica evidente no desmatamento e na ocupação das melhores terras produtivas do país para a expansão das monoculturas energéticas de cana-de-açúcar (etanol), soja e palma azeiteira (biodiesel), eucalipto (carvão). Também pode ser percebido na expansão indissociável do modelo do agronegócio exportador - que combina os maiores índices de uso do agrotóxico do mundo, com transgênicos e até trabalho escravo -, bem como no caso da cana e da produção de carvão vegetal, uma demanda sempre crescente para o complexo de produção de ferro gusa (ou guseiro) da mineração²⁴.

Porém, este cenário se altera substancialmente quando se contabiliza não a geração total de energia, mas a produção de **energia elétrica**. Neste caso, no Brasil a hidroeletricidade corresponde a 76,9% da energia elétrica consumida pelo

23 Balanço Energético Nacional 2010. Disponível em: < https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2010.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012

24 Para uma fonte de informações em português e inglês de investigações, denúncias e relatórios, inclusive sobre trabalho escravo, conferir o Centro de Monitoramento de Agrocombustível da organização Repórter Brasil: <http://www.reporterbrasil.org.br>.

país. Em segundo lugar, vem o diesel com 8,1% (majoritariamente importado), seguido de biomassa (5,4%), gás (2,6%) e nuclear (2,5%).

A expansão da hidroeletricidade é o carro chefe dos megaprojetos na vitrine do neodesenvolvimentismo (ver artigo Nova). Em 2011, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do governo, anunciou que o Brasil receberá investimentos de R\$ 1 trilhão para projetos nas áreas de energia elétrica, petróleo, gás e biocombustíveis até 2020. Deste total, R\$ 686 bilhões serão destinados a petróleo e gás. Estes investimentos são fundamentais para a oferta de petróleo saltar de 2 bilhões para 6 bilhões de barris em 2020, dos quais 3,2 bilhões serão para exportação.²⁵

A expansão da fronteira energética brasileira que visa capturar todo o potencial hidroelétrico na Amazônia até 2030, exigindo um gigantesco aporte de recursos e um intenso programa de obras, tem como principal objetivo seguir produzindo e oferecendo às empresas – sobretudo extrativas – *a energia elétrica mais barata do mundo*: cerca de US\$ 45 MW/hora²⁶. O principal diferencial competitivo da hidroeletricidade, e por conta do qual todos os outros custos ambientais e sociais dos megaempreendimentos hidrelétricos na Amazônia são violentamente impostos sobre os territórios, é disponibilizar para indústrias eletrointensivas (como celulose, alumínio, etc.) a energia elétrica mais barata do mundo, subsidiando-as fortemente. Desta forma, o Estado intervém para contribuir com a redução do custo de extração das matérias-primas e dos recursos naturais, um dos principais gargalos da economia global hoje.

A Amazônia, que hoje participa com 10% da geração de energia no país, passará a 23% até 2020. Em uma década, ela será responsável por 45% do aumento da oferta de energia no sistema elétrico brasileiro e se tornará um dos motores do crescimento. O governo federal e o setor privado inauguraram um novo ciclo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia Legal, região onde vivem 24,4 milhões de pessoas e que representa só 8% do PIB brasileiro. Um levantamento realizado em 2011 com base no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento, do governo federal) aponta que o pacote de investimentos para os nove estados da região até 2020 já soma R\$ 212 bilhões. Segundo este levantamento, o valor deverá subir quando a totalidade dos projetos tiver orçamentos definidos. Esse volume de recursos equivale a duas vezes o investimento da Petrobras para o pré-sal até 2015. Basicamente, são obras de infraestrutura (energia, transporte e mineração). 'Juntas, elas criarão condições para a instalação de indústrias e darão origem a um corredor de exportação pelo "arco Norte", que vai de Porto Velho (RO), passando por Amazonas, Pará, até o Maranhão. Essa movimentação de cargas será feita por uma malha logística integrada por rodovias, ferrovias e hidrovias que reduzirão custos de exportação, principalmente para o agronegócio, que hoje basicamente utiliza os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).'

25 CASTRO, Nivaldo. UFRJ – Grupo de Estudos do Setor Elétrico. 2011.

26 EUR-LEX. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32009L0028:EN:NOT>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

O setor elétrico é a força motriz dessa onda de investimento. As principais hidrelétricas planejadas pelo governo serão instaladas na região e, com elas, também se viabilizarão as hidrovias.

(Neo) desenvolvimentismo ‘verde’?

Dentre todas as commodities brasileiras de rápido crescimento, talvez a autoconfiança seja a mais forte. O contexto nacional encontra-se marcado pelo ufanismo disseminado. Há um sentimento de fazer parte não mais do Brasil “país do futuro”, mas enfim de um “país do presente”, evidenciado pela expectativa em torno da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, no país. Às grandes expectativas com relação ao novo papel do Brasil no mundo se conjuga a convicção política - e crescentemente também teórica - de que vivemos hoje uma 'nova' etapa econômica que seria marcada pela incorporação de 'novas' questões (tais como aquelas relacionadas à sustentabilidade, à democracia e à justiça social) à 'velha' agenda do desenvolvimento.

O 'neo-desenvolvimentismo', hoje identificado pelos críticos como a ideologia oficial do governo brasileiro e sua base de sustentação, está alicerçado no êxito eleitoral das políticas de bem-estar social que os Estados lograram implantar no período recente (no Brasil, o Bolsa Família, divulgado como o maior programa de transferência de renda do mundo e exemplo de política pública de combate à pobreza). Estes programas são engrenagens-chave para garantir a manutenção e reprodução do modelo, situação que também se repete em outros países da região latino-americana.

No caso do Brasil, resultado das políticas de proteção social, os dados oficiais apontam que na última década, 31 milhões de pessoas teriam entrado na classe média, fruto da retomada do crescimento econômico inclusivo, da expansão do emprego e do acesso ao crédito, assim como do aumento no grau de escolarização da sociedade. Segundo a perspectiva dos que identificam positivamente no momento atual uma redefinição das estratégias de desenvolvimento, estaríamos diante da formação, inclusive, de um “novo Estado de Bem-Estar Social” na América Latina, no qual o novo “modelo de Estado” em construção pelos governos progressistas articularia proteção social com crescimento econômico .

Considerando que a extração de recursos naturais é o elemento em comum no coração da “redefinição das estratégias de desenvolvimento” na região, a questão ambiental está instalada hoje no cerne da tensão entre os movimentos sociais, que se opõem aos projetos de mineração, petróleo e gás, hidroelétricas, rodovias e agroexportação, e os governos progressistas na América Latina que promovem tais iniciativas.

Especialmente depois da crise financeira de 2008, ficou claro que o Estado pode e deve exercer um papel diferente daquele do intervencionismo desenvolvimentista dos anos 1960, assim como do “laissez faire” neoliberal da década de 1980. O período atual se caracteriza na atuação forte do Estado, que tem o papel central de indutor econômico, criando demandas e mercados mandatórios e garantindo - em alguns casos até mesmo como “sócio” - o bom ambiente para os investimentos, os negócios e o desenvolvimento.

Políticas Climáticas e Novo Desenvolvimento: gestão do carbono e da energia

Neste contexto, o pilar mais importante de incorporação de “novas” questões à “velha” agenda do desenvolvimento é evidenciado nas Políticas Nacionais sobre Mudanças Climáticas e em seus planos setoriais. É aí que se instalam as condições de possibilidade de modulação (ou contradição) estrutural entre o ambiente geral de “neo-desenvolvimentismo” e o que seria um programa rumo a um futuro de “baixa emissão de carbono” ou ainda de uma “Economia Verde”.

No Brasil, assim como em outros países, a análise do pacote de medidas e políticas públicas sobre a rubrica “clima” traz elementos fundamentais para avaliar em que medida há algo de realmente novo na economia verde e até que ponto esta implica ou não uma alteração da lógica econômica vigente.

Desde meados da década passada, especialmente a partir de 2005 -2006, os Estados nacionais começaram a instituir políticas climáticas, assim como fazer reformas e modificações nas regulamentações existentes para acomodar as novas lógicas econômicas e prioridades sob a égide de 'reduzir emissões'. A “métrica do carbono” como guia para as decisões políticas começou rapidamente a permear toda a arquitetura legal e institucional, com profundos impactos sociais e econômicos. Um exemplo bem marcante no cenário internacional foi a introdução da Diretiva de Energia Renovável da União Europeia, que determina a meta mandatória de 20% de energias renováveis para todos os 27 países do bloco até 2020. Neste contexto, com relação aos agrocombustíveis líquidos, como nos limites territoriais da UE era impraticável atender à demanda mandatoriamente estabelecida, criava-se um mercado de importação garantido para os (agro) combustíveis, o que resultou em grande parte no boom de corrida por terras tropicais agricultáveis e pela conversão de áreas de alimentos em áreas de cultivos energéticos, com graves impactos sobre a segurança alimentar dos países do Sul.

Sob as políticas de energia/clima, os Estados têm criado mercados compulsórios e progressivos, além de demanda cativa. No Brasil, foi assim com a lei nº 11.097/2005, que cria o Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel, estabelecendo a mistura compulsória e progressiva de biodiesel em todo o diesel comercializado no país.

As Políticas de Clima são estruturantes com relação ao cerne do que seja um 'novo desenvolvimento', pois é aí que o Estado irá atuar de forma a administrar a energia, e ainda, o uso dos recursos fósseis ainda disponíveis, em um contexto de crescente escassez. Afinal, gerenciar o 'carbono' é o mesmo que controlar a energia.

Há um repertório de temas que compõem o universo da Economia Verde, têm implicações legais e ressaltam o papel central do Estado em instituir o regime jurídico que dê validade e segurança aos contratos que assegurem a criação, reforma ou ajuste de parâmetros institucionais e normativos para sua implementação.

Entre estes instrumentos e ações nos quais se destaca o papel do Estado pode-se citar como exemplo a incorporação do PIB verde (a quantificação e contabilização do Capital Natural nas contas nacionais), os aspectos e implicações legais dos mecanismos de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação (REDD)

e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); as compras governamentais (licitações verdes), a regulação para os recursos água, ar, solo e oceanos, e seus respectivos potenciais de sequestro de carbono e outros 'serviços ambientais'; o financiamento para o clima e a emergência de Fundos Verdes; legislações municipais para a transição às cidades verdes (green cities); integração de leis e políticas de combate às mudanças climáticas com marcos internacionais; diretivas mandatórias e progressivas para incorporação de energias renováveis; seguro ambiental; compensações ambientais; criação e implementação de impostos e tarifas verdes; marco para as construções verdes (green building); estabelecimento de normas de eficiência energética. Onde o Estado interage diretamente com entes privados e corporativos estão a 'pegada de carbono' e a 'pegada hídrica' como referentes de competitividade comercial de commodities e patentes verdes.

Conclusão

Com a realização da Rio+20 em junho de 2012, na mesma cidade icônica do Rio de Janeiro, o Brasil tem colocado na vitrine o seu modelo e, por que não, à altura do novo papel do país no contexto internacional, exportado suas boas práticas para o mundo. Hoje brasileiros ocupam dois postos de destaque no sistema das Nações Unidas: a presidência da FAO, com Francisco Graziano, e a secretaria-geral da Convenção da Diversidade Biológica, dirigida por Bráulio Dias. Por isso, a Rio+20 está sendo vista como a conferência de política externa mais importante do governo Dilma Roussef, a primeira mulher a exercer a presidência da República, cujo mandato iniciou em janeiro de 2011 e se estenderá até o final de 2014. Segundo comentou o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, “será a maior e mais importante conferência do governo Dilma”. O Brasil, afirma ele, 'está posicionado como poucos para assumir a liderança desse debate, com seu modelo de crescimento com a matriz energética mais limpa do mundo e progressos em relação ao desmatamento e redução da pobreza'.

Contudo, a história de sucesso do modelo de desenvolvimento brasileiro não é, para muitos, consenso. Haja vista as drásticas reformas legais em curso no país, os retrocessos e a flexibilização dos direitos adquiridos para acomodar a nova arquitetura legal para a Economia Verde. Parece que na Rio+20, ao contrário de liderar o debate sobre o modelo de crescimento a seguir, a autopropalada liderança do país em Economia Verde deveria oferecer uma oportunidade para de fato trazer à luz e ao centro das atenções internacionais as vozes e a resistência das populações atingidas por este modelo, ou seja, aqueles que questionam ou não aceitam a “inclusão” ou submissão ao imperativo do crescimento acelerado, ainda que verde.

O dilema brasileiro: pão ou aço. Assim escreveu Josué de Castro no sempre atual “Geografia da Fome” (1946). Atualizados os termos para o século XXI e as contradições que o capitalismo apresenta hoje em um novo movimento de acumulação, o dilema segue inalterado. Por isso, precisa ser colocado politicamente, e não sob a lógica e os cálculos empresariais. A celebração do “barril

verde” é emblemática destas encruzilhadas, das falsas soluções e dos riscos que os ardis da racionalidade de mercado e a lógica do ganha-ganha encerram para o conjunto da sociedade. O estado do planeta não admite conciliação e acordos convenientes, onde todos “ganham”. O momento demanda escolhas democráticas e consistentes que sustentem as profundas transformações políticas e sociais que a transição para uma civilização pós-petróleo - inexoravelmente - demanda.